

## Editorial

### Por uma contribuição à crítica do conceito de identidade: leituras cruzadas, visões opacas

Gustavo Chataignier\*

*Porque longe das cercas/ Embandeiradas que separam quintais/ No cume calmo/  
Do meu olho que vê/ Assenta a sombra sonora/ De um disco voador  
(Raul Seixas, Ouro de tolo)*

A filosofia da diferença e as diversas tendências de pensamento crítico teriam, finalmente, dado cabo ao princípio de identidade. Não mais se ficaria inclinado, qual camelo, para nos fazer valer da imagem nietzscheana, diante do fardo da metafísica. Leves, sem ter de falar em nome de força maior ou instâncias transcendentais, poderíamos, enfim, dançar.

O que reintroduz a identidade no debate filosófico de nossos dias? Apenas “desvios” teóricos ou um complexo emaranhado “prático-simbólico”, por falta de nome melhor, que ativa paixões da identidade, do Mesmo?

É ponto pacífico que não se filosofa da mesma maneira depois que se adotou a “suspeita” como método – não no sentido tautológico cartesiano, mas, antes, como regime produtivo de signos. O “acontecimento”, em termos de pensamento, reorganiza a tradição e reorienta o desenrolar do presente. Nesse sentido, desvelam-se impensados, apontam-se pontos cegos constitutivos – a não compreensão de um autor por parte de outro e seus efeitos geradores de outras formas de pensamento. Que se pese o Kant de Nietzsche e a questão da impossibilidade do desinteresse; o Hegel de Deleuze e a possibilidade como modalidade do idêntico, oposta ao devir;

---

\* Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, Pesquisador associado do Departamento de filosofia da Universidade de Paris 8.

ou, ainda, as diferentes apropriações da obra de Marx, ora privilegiando sua formação ora um “corte epistemológico”.

Alguma astúcia dos tempos, contudo, parece senão desmentir ao menos complexificar a questão. Ora, haveria algum impensado no seio mesmo da chamada filosofia da diferença? Ou, talvez mais fundamentalmente, pode-se afirmar que algo cuja natureza é processual – o pensamento – se estabilize em um “fim”? Incluímos neste rol de “não pureza” a metafísica e, também, a exploração e o exercício de poderes. A relação do par sujeito-objeto, por excelência operadora da dominação do *cogito*, é passível de ser eliminada? Ou sua refuncionalização é alterada e intercalada por rupturas, de forma mais ou menos intermitente, haja vista a raridade definidora do acontecimento?

Dito de outra maneira, lutas reais, cruzamentos agonísticos de forças, não seriam tão ou mais determinantes do que normatividades categorialmente organizadas? Se é pertinente postular um primado do acontecimento sobre suas séries temporais e estruturas, é-nos forçoso admitir que a filosofia se estabelece como uma relação com seu exterior. Tanto com elementos pré-conceituais e não filosóficos, no sentido de não conceituais, quanto com uma incontornável contingência (ainda que a contingência seja “a contingência de uma situação” ou, ainda, que a generalidade de uma “necessidade do devir” deva ser especificada por um “devir da necessidade”).

Talvez fique ainda mais claro se precisemos uma vez mais a indagação: qual a relação entre pensamento e devir? De que lado da equação o princípio identitário se faz mais preponderante? Pode o pensamento (figura da identidade) fazer justiça a seu objeto (o não-idêntico, aquilo que muda)? Mais do que negar formas abertas de estabilidade (em certo sentido uma “identidade”), o desafio consiste em sondar como a identidade difere de si desde sempre – não se “começa” a se diferenciar, em etapa posterior à aquisição de unidade. A capacidade de “pensar contra si”, como já se ventilou outrora, pode ser reativada.

A redação deste texto, bem como a proposição do tema aos colaboradores, foi

atropelada pela história. Um pouco como no filme *Nossa música*<sup>1</sup>, onde Godard compara fotos de israelenses e palestinos e, interpretando a si mesmo, dá a ver que um segundo plano (ou contra-campo) é hegemonizado pelo primeiro, perdendo portanto visibilidade. Um sintoma fez irrupção. 13 de novembro de 2015 foi a data em que centenas de pessoas foram brutalmente assassinadas por terroristas se reclamando do Islã em Paris. O uso do gerúndio não é decorativo – evitou-se o vínculo forte do verbo ser, a identidade entre terrorismo e alguma “essência” islâmica. O que talvez provoque o pensamento é o choque da proximidade, como postulou Jean-Luc Nancy em recente tribuna na imprensa francesa – não só Beirute, Gaza, Bagdá ou Cartum. Ou uma favela.

Outras camadas sobredeterminam o debate, em geral nos países periféricos e em específico no Brasil. Como se solidarizar com as vítimas se atrocidades ainda maiores e certamente mais frequentes assolam populações na África e no Oriente Médio?, chegou-se a escrever nas redes enevoadas. No caso brasileiro, uma empresa mineradora, privatizada na onda dos anos 1990, é diretamente responsável pelo maior desastre ecológico já ocorrido no país. Barragens com minérios tóxicos se romperam no estado de Minas Gerais, gerando um verdadeiro tsunami de lama e lixo químico. Populações desabrigadas, cidades sem água, fauna e flora comprometidas são as consequências não casuais da falta de fiscalização por parte das autoridades. O Rio Doce, símbolo da biodiversidade, talvez jamais se recupere.

Não nos cabe, aqui, discutir diretamente a concorrência de causas que levaram ao massacre de civis e ao desastre ambiental. Mas, no espírito da reflexão proposta por este número, se percebeu uma série de argumentos identitários na esfera midiática sobre os ocorridos. Brasileiros não poderiam falar de Paris por conta de sua situação doméstica evidentemente calamitosa, na frente ecológica e na social; afora isto, evocou-se uma “indignação seletiva”: optou-se tomar as dores da França, ao passo que massacres e mesmo fenômenos de violência urbana jamais recebem

---

<sup>1</sup> Notre music, 2004.

tamanha atenção. Claro está que movimentos de manada, ou rebanho, para retomar o mote de Nietzsche, em nada ajudam à reflexão e são dignos de crítica. Compadeço-me tão só de meu “igual” ou companheiro de destino? Por que uma causa, necessariamente, exclui a outra? Há ligação plausível entre elementos aparentemente tão disparatados?

Junte-se ao assalto empreendido pelos “bons costumes” a onda neo-liberal que assola diversos países da América Latina. Em Brasil, após golpe branco sustentado por duvidáveis tecnicismos jurídicos e pelos “*usual suspects*” de sempre (ou seja, os velhos detentores do poder, as mesmíssimas oligarquias políticas), apoiados pela mídia e pelo empresariado, levam adiante verdadeiro desmonte de proteções básicas da legislação trabalhista. Chegou-se a aventar uma jornada de trabalho de 12 horas; as regras para a aposentadoria beiram as raias do absurdo; o horário de almoço dos trabalhadores também foi colocado em questão; gestantes estão “liberadas” para trabalho em ambientes insalubres. Para não falar na absoluta escassez de recursos para a educação. Tudo em nome do “progresso” e de algum padrão jamais verificável em termos empíricos. Aqui a identidade é ditada pelo “equivalente universal”.

É diante daquilo que não se pode falar que se deve, mais do que nunca, falar. Falar para falhar e assim tentar dar forma. “Fica o não dito pelo dito”, explica o poeta maranhense. A concretude do dizer é uma diferença em relação à coisa; a morte desta ganha a vida do conceito. Por isso voltamos à carga, para falhar. Uma vez o dito, a linguagem cola na coisa – lhe é, portanto, constituinte. Haveria um denominador comum às anomias acima mencionadas. Um terrorismo mais amplo, tanto mais forte quanto mais naturalizado – “é assim” – e tornado invisível – ideologizado: o terrorismo do mercado. Temos aqui uma primeira pista de compreensão das críticas à identidade. O discurso extremista religioso, na Europa ou alhures, hoje ou ontem, sempre é sintoma de relações político-sociais. Exclusões e injustiças perpetradas no passado colonial foram respondidas não na língua da politização, mas na captura do discurso político pelo fundamentalismo moral-identitário. Afora o fato dos membros dos grupúsculos se beneficiarem dos sistemas de exploração vigentes, tanto na venda

de petróleo controlada por elites quanto na dominação das mulheres.

Voltando ao eixo da crítica das identidades, o tema nos parece merecer toda nossa atenção na medida em que o conceito aponta para toda uma série de práticas intersubjetivas. Sua compreensão é iluminada quando se lança mão das categorias de identidade e diferença.

De jogos de futebol e brigas em estádios à busca de justiça diante de delitos de moradores de rua ou na inusitada defesa de regimes militares. A praia, além do estereótipo local, se constituiu como espaço público e encontro de diferenças em cidades como o Rio de Janeiro. Após alguns episódios de assalto nas areias, os “arrastões”, jovens da periferia foram abordados em ônibus, sem nada terem feito. A ideia do crime vale pelo crime – um crime para qualquer ideia digna deste nome. E aqui a identidade é nitidamente atravessada por um vetor de classe.

A confirmação narcísica de si mesmo nos sempre renovados ritos de consumo tentam desesperadamente encontrar uma imagem adequada ao ego. A caveira da moda revela sua face. O rol de etiquetas desfila para o prazer das projeções do imaginário, deixando tudo no lugar – até a próxima coleção. O mundo disponível a um clique, sem distâncias ou constrangimento. *A Máquina do mundo* se desvela em cascatas de janelas: “As mais soberbas pontes e edifícios,/ o que nas oficinas se elabora,/ o que pensado foi e / logo atinge/ distância superior ao pensamento,/ os recursos da terra dominados,/ e as paixões e os impulsos e os tormentos”.

Mesmo uma vida “crua”, sem agrotóxicos, paradoxalmente aponta para uma busca de origens, de pureza. Uma das artimanhas da forma mercadoria consiste em creditar suas características a seu valor de uso, apagando as relações sociais e o trabalho que a engendraram. A relação entre as coisas “reflete” a relação entre os homens; as relações entre estes, por sua vez, perdem o caráter de reflexo para que se erija o mundo intersubjetivo. A título ilustrativo, nos vem à memória uma canção do grupo punk Dead Kennedys, *California über alles*, cuja letra revela um pouco o espírito de nosso tempo de controle e imediatismos: “*Zen fascists will control you/ A hundred*

*per cent natural/ you will jog for the master race/ and allways wear the happy face*<sup>2</sup>.  
Sugerimos um título mais atual, “*Miami über alles*”.

Está-se sempre de posse da boa medida, exata, para que o certo se separe do errado. E isto de maneira imediata, sem a menor sombra de dúvida. Com o perdão do tom jocoso, tal radicalização do “Iluminismo” suspende o tempo do pensamento. Os processos de dessacralização de valores, catapultados na modernidade, quer seja via pragmatismo político, ética de acumulação, competição e existência para o consumo, e, finalmente, a biologização da vida, tentam nos fazer crer em um “mundo sem ideia”. Eis o termo empregado por Alain Badiou. Louco, elitista, desnecessário ou midiático, o intelectual, por seu turno, não diz a que vem – a não ser se se posicionar do lado da moral e das redundâncias do senso comum e suas espetacularizações. Ou separado ou integrado, eis suas figuras hegemônicas. A filosofia, quanto a ela, está do lado da pergunta, eis sua ética, como descreve Patrice Vermeren.

Boa parte do discurso político pós-marxista se nutre de uma dialética entre diferença e identidade. Falamos das justas reivindicações de minorias: o discurso feminista, homossexual, negro, indígena ou relativo a etnias. A compreensão política deve superar uma visada “aristocratizante” de desqualificar demandas sociais em nome de “ressentimento” ou da chamada de ideais metafísicos, como humanidade, paz, razão. A pergunta filosófica consiste em averiguar quais consequências práticas decorrem deste debate/embate. O que acarreta a crítica às injustiças? Debate, ou melhor, interlocução *forçada*: há, antes de mais nada, uma “desidentificação” com a ordem estabelecida, dando o ensejo a uma disponibilidade subjetiva de engajamento; depois, a verificação via confronto: o que nossa realidade tem que ver com tal norma ou conceito? Ou, ainda, a referida norma, caso se queira universal, deve incluir a nossa parte; finalmente, chega-se não a uma identificação com uma causa – o que

---

<sup>2</sup>Tradução livre: “Zen fascistas vão te controlar/ cem por cento natural/ você vai dar uma corridinha em nome da raça superior/ e sempre usar o rosto feliz”.

retiraria a distância crítica. Tem-se tão só identificações impossíveis, geradoras de novas posições subjetivas: torna-se outro por meio do outro. O raciocínio de Jacques Rancière, sucintamente lembrado, acrescenta ainda que a igualdade deve ser suposta. A igualdade, e não a comunicação; a condição, e não um dever ser. Igualdade não essencial, trata-se da partilha e moldagem do sensível e sua diferenciação no tempo.

Um dos méritos de se optar pelo sensível como articulador de sentido reside no fato de que universalismo e particularidade não se opõem, o que já se antevê no gesto subjetivo da ruptura experienciada quando das desidentificações. O revide da lei de talião pressupõe o outro e cria esse outro contra o qual se age. O processo da igualdade é a diferença. Afirmar uma “identidade diferente” não dá conta do desafio: quais conflitos implicam a identidade? A começar nos sujeitos por ela designados. Quem sabe assim se rompa com círculos viciosos, autorreferentes. A diferença não pode, portanto, ser uma propriedade, a separar arquipélagos. Não pode ser reivindicada em dialetos – deve, isto sim, ser idiomática. Com o cuidado de não reduzir o que foi dito a uma descrição empírica, conclui-se que tribos e minorias são portadoras (e criadoras) de direitos.

A vida comum na polis está em jogo. A identidade coisifica o outro, atribuindo-lhe a posição e o papel de puro desconhecido. Por outro lado, nossa subjetividade, cortada dos pertencimentos e assim tornada inteira, só pode se ver ameaçada diante do desconhecido – o imigrante, que não rouba emprego mas realiza tarefas que os Europeus não estão dispostos mais a fazer, o homossexual, que assombra parlamentares de bancadas religiosas e seus ideias de família, o jovem de periferia nas areias douradas.

Invertamos a questão com o auxílio de Gilles Deleuze: “A maioria é nada, a minoria é todo mundo”. A maioria não fala por si, não atravessou a minoridade... O abecedário do referido pensador é também instrutivo. Ser de esquerda, define, é se pensar menor, poeira no cosmos – em um movimento que passa por continentes, países e pode chegar à destinação de uma carta. Questão de percepção. Dessa maneira, a arte talvez possa nos auxiliar a trazer essa distância para perto. Não como

o ícone que remete a um exterior – o que a publicidade denomina de “conceito”... Devorar, transfigurar e criar. Imagens que falam por si, não nos remetendo a um além do sensível, nos devolvem a opacidade necessária para experimentar novos caminhos.

Enquanto isso, é-se filmado, catalogado, esquadrinhado, tornado disponível em nome de algum bem superior. Em nome de quem se dá a segurança?

Fiéis ao espírito do CIPh, propomos esta publicação como modesto auxílio à construção de um *topos*, conceitual e afetivo, para o debate filosófico entre colegas, conhecidos ou não. Uma vez mais, não é questão de expressar alguma essência latino-americana. Antes, o intuito é de cavar um novo lugar para a filosofia, uma outra posição para a inserção, o comentário e quiçá criação. Dispositivo de dispositivo: é preciso estar disposto. Boa leitura e bons deslocamento